

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

Capitalismo contemporâneo, modelo “flexível” e respostas do estado. Brasil e América latina frente à crise de acumulação.

Francisco Fonseca.

Cita:

Francisco Fonseca (2009). *Capitalismo contemporâneo, modelo “flexível” e respostas do estado. Brasil e América latina frente à crise de acumulação. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/1031>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

Capitalismo contemporâneo, modelo “flexível” e respostas do estado

Brasil e América Latina frente à crise de acumulação

Francisco Fonseca¹

INTRODUÇÃO

Objetiva-se analisar as estruturas econômicas, políticas e ideológicas que sustentaram o modelo de acumulação “flexível” – assim considerado em razão da maleabilidade na forma de produzir bens e serviços e de fazê-los circular, da articulação internacional da produção e da precedência do capital financeiro sobre o produtivo, entre outras características abaixo analisadas – desde os anos 1970 aos dias de hoje, com vistas a compreender as razões da grande crise de acumulação desencadeada a partir de 2008. Deve-se ressaltar que a doutrina neoliberal foi o sustentáculo ideológico desse modelo.

Em decorrência, pretende-se observar o padrão de resposta dos Estados nacionais, notadamente o Brasil e a América Latina, tendo em vista analisar os embates ideológicos e as perspectivas abertas pela crise.

Para tanto, é importante observar o percurso dos modelos de acumulação, assim como das respectivas ideologias que os sustentam, desde a década de 1930. Trata-se respectivamente do

¹ É professor de ciência política da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV/SP). E-mail: francisco.fonseca@fgv.br.

modelo fordista/keynesiano e seu sustentáculo, a social democracia, e da referida acumulação flexível, justificada pelo neoliberalismo. A partir da grande crise de 2008 abriu-se uma nova realidade, que se encontra passível de muitas mudanças, em sentidos diversos.

O MODELO FORDISTA/KEYNESIANO E SUA CRISE

Este modelo se estruturou fundamentalmente no ciclo crescimento/redistribuição, que permitiu a massificação da produção e do consumo. Sumariamente, trata-se: da manipulação macroeconômica pelo Estado, sobretudo a organização da demanda; da aliança – complexa e contraditória – entre Estado, capital e trabalho; da criação de mecanismos de proteção social (welfare state, mesmo em países periféricos, embora com escopo bem menor); e da organização da produção pelo Estado via planejamento. Tudo isso gerou um ciclo virtuoso de crescimento mundial.

Esse ciclo, contudo, foi quebrado em meados dos anos 1970, sobretudo a partir dos dois “choques do petróleo”, que gerou “disfuncionalidades” na economia. Já em 1971, contudo, Richard Nixon proibira a convertibilidade ouro/dólar que, além de desmontar a estrutura de *Bretton Woods*, sinalizara o *surgimento de um poderoso e inédito mercado financeiro*, não lastreado na produção. Uma espécie de “capitalismo de cassino” foi aos poucos se consolidando, via mercados de *derivativos, futuros* e de *opções*, dentre inúmeros outros, a ponto de, nos dias de hoje, circular trilhões de dólares *diariamente* nesses mercados. Trata-se de verdadeira *especulação virtual*, que se tornou possível graças à criação de mecanismos informacionais que, além de compactarem o tempo e o espaço, rompendo certos limites das fronteiras nacionais, possibilitaram o crescimento inédito desses capitais especulativos. A chamada “bolha imobiliária” nos EUA é resultante desse processo. Tais capitais tornaram-se vorazes por moedas, ações e toda sorte de ativos voláteis – e incertos –, destruindo economias num simples apertar de teclas, caso da Finlândia em 2008, mas antes em vários países periféricos.

É nesse contexto de profunda desestruturação da ordem econômica do pós-guerra que se deve compreender a mudança do modelo de acumulação e da ascensão da retórica *ultraliberal*, assim denominada em razão da radicalidade de seus diagnósticos e previsões e de seu *modus operandi*².

² Ver meu livro sobre a ascensão da hegemonia neoliberal no Brasil, por meio da grande imprensa: *O Consenso Forjado – a grande imprensa e a formação da agenda ultraliberal no Brasil*. São Paulo, Hucitec, 2005.

O MODELO DE ACUMULAÇÃO “FLEXÍVEL”

Vejam as bases deste modelo que, de forma paulatina, mas radical, foi substituindo o modelo anterior³. Tal fenômeno vem significando uma nova conformação econômico/social e político/ideológica, e confluuiu à hegemonia (ultra)liberal. Pode ser assim caracterizado, quanto:

i) *à reestruturação produtiva*, paulatinamente tornada flexível, nos seguintes aspectos: a introdução de novas tecnologias (informática, robótica e outras) e de novos modelos de gestão empresarial (reengenharia, just in time) na atividade produtiva, que implicam, via de regra, a redução do capital humano; a utilização do incessante processo de subcontratação – terceirização e quarteirização – de empresas (de tamanho, tecnologia e qualificação díspares) em substituição à clássica “empresa gigante” fordista; a expansão geográfica da produção econômica (arrefecimento das fronteiras nacionais em termos de produção/circulação de produtos e serviços); o rompimento do pacto entre Capital e Trabalho, até então intermediado pelo Estado, implicando uma brutal diminuição do poder dos sindicatos. Aqui, a relação Capital/Trabalho torna-se claramente pendente para o primeiro, mesmo levando-se em consideração as transformações na propriedade das empresas; há um brutal enfraquecimento da força de trabalho em razão da flexibilização da proteção à mão de obra;

ii) *à transformação da ordem internacional*, em razão do ocaso do socialismo, até então uma alternativa ao capitalismo, o que contribuiu decisivamente para o fim da guerra-fria assim como expandiu o modelo capitalista para quase todos os países. As assimetrias entre eles foram ampliadas.

iii) *à maior interdependência das economias nacionais*, viabilizada pela desproteção aos capitais nacionais. Do ponto de vista institucional, a criação da Organização Mundial do Comércio (OMC) com vistas à liberação comercial, assim como de diversos blocos comerciais regionais – caso do Mercosul, que vem liberalizando as economias dos parceiros no interior do bloco –, colocou a questão do protecionismo e da soberania do Estado Nacional periférico em questão.

Assim, o modelo de acumulação flexível estruturou importantes transformações políticas ao final da década de 1970. Trata-se da ascensão ao poder de agrupamentos políticos perfilhados – não sem contradições – ao ultraliberalismo. Especialmente M. Thatcher (1979), na Grã Bretanha, e R. Reagan (1980), nos EUA, comandaram uma verdadeira guerra ideológica no sentido de espriar “reformas orientadas para o mercado”. Suas ações sintetizaram um novo padrão de atuação do Estado e uma guinada ideológica fortemente liberal/conservadora, na medida em que a ascensão

³ Não queremos, com isso, afirmar que simplesmente há a substituição de um modelo de acumulação pelo outro, no sentido de erradicação do anterior: há uma combinação de fatores, variáveis e movimentos. O centro da afirmação refere-se ao vetor que um dado modelo conduz.

social deveria se dar exclusivamente pelo mérito e pelo individualismo. As instituições estatais deveriam, para tanto, diminuir fortemente os gastos com proteção social, num ambiente ideológico marcado pela crença nas oportunidades oferecidas pelo livre-mercado. Caberia ao Estado apenas o papel de árbitro nos contratos acordados: valorização do chamado “self made man”.

As ações políticas e econômicas ultraliberais associadas a Thatcher e a Reagan foram respectivamente conhecidas como *capitalismo popular* e *reaganomics*. A primeira implicou a privatização de empresas estatais pela venda de suas ações ao cidadão comum, pulverizando-as ao máximo: isso representou uma forte *sedução ideológica* e espalhou-se pelo mundo⁴. A chamada *reaganomics* foi uma contínua diminuição de impostos e das funções sociais do Estado, valorizando-se a ideologia de que o “mercado-livre” produziria mais oportunidades e riquezas se o Estado deixasse de intervir, sobretudo nos mercados financeiros. Daí o *ethos* de Wall Street.

A retórica ultraliberal de ambos possuía um forte conteúdo conservador e autoritário, tendo-se elegido os sindicatos e o movimento dos trabalhadores como um todo os grandes culpados pelas crises econômicas pelas quais passavam os diversos países. Daí os históricos conflitos entre Thatcher e os sindicatos ingleses, o que implicou, por vezes, a criminalização dos movimentos sociais.

Notadamente em relação à América Latina, o programa desenvolvido em 1989 pelo chamado “Consenso de Washington” representou basicamente um modelo a ser seguido pelos países latinos, por meio dos seguintes pontos: rígida disciplina fiscal; priorização e rigidez nos gastos públicos (nas áreas sociais implicou a focalização residual de políticas públicas); reforma tributária voltada à desoneração da produção; vigorosa liberalização financeira; liberdade cambial; liberalização comercial; ênfase no investimento do capital estrangeiro; vigoroso processo de privatização; desregulação e desregulamentação da economia; e reconhecimento da lei das patentes (propriedade intelectual).

Como se sabe, o “Consenso de Washington” teve grande repercussão na América Latina, e foi tomado como dogma pelas instituições intituladas multilaterais (casos do FMI, do Bird e do BID, entre outras), pois expressaram os interesses do G-7. Estas instituições passaram a agendar o cenário econômico da periferia, sobretudo após a finalização da Rodada Uruguaia do GATT, pois voltada fundamentalmente à liberalização do comércio internacional, *independentemente das assimetrias entre os países centrais e periféricos*.

Em conseqüência das transformações do modelo de acumulação, da propagação ideológica e das assimetrias internacionais, estas instituições contribuíram decisivamente para a reformulação da

⁴ No Brasil, como demonstro no livro *O Consenso Forjado*, a grande imprensa aderiu vigorosamente a essa medida, em razão de vários fatores, entre os quais os de origem ideológica. Cf. FONSECA, Francisco. *O Consenso Forjado*, op cit.

ordem econômica mundial. Daí o termo “globalização” ter adquirido ampla notoriedade, pois supostamente significaria a supressão de fronteiras econômicas, a total separação entre capital nacional e Estado-Nação, e a autonomia dos capitais sem a correspondente capacidade de controle pelos Estados. Essas supostas características correspondem a um *mito* convenientemente criado como forma de abrir mercados protegidos desde os anos 1930 ou 1940 na maior parte dos países periféricos⁵. Igualmente o tema da reforma dos Estados nacionais ocupou papel-chave na Agenda internacional nas décadas de 1980 e 1990, caracterizando-se como “reformas orientadas para o mercado”, à luz, portanto, da hegemonia ultraliberal, impelidora de um modelo a ser aplicado por – quase – todos.

Pode-se concluir que a atuação do *movimento ultraliberal* – por meio de mordazes críticas aos modelos de intervenção, do discurso radicalizado, da ascensão de governos vinculados a esta corrente e da mudança das instituições internacionais, dentre outros fatores – é decisiva ao surgimento do modelo de acumulação flexível: esses fatores foram, paulatinamente, conquistando *corações e mentes*. Afinal, *estrutura produtiva* e *discurso ideológico* se retroalimentam, influenciando-se dialeticamente, tendo conseguido transformar a hegemonia intervencionista, que foi erigida sobretudo no após-segunda guerra. Isso significa que a proteção estatal quanto aos direitos sociais e políticos dos trabalhadores, conquistada historicamente por eles, vem paulatinamente regredindo. A junção, contudo, entre *desemprego estrutural tecnológico* e *diminuição do Estado de bem-estar*, além do *caráter especulativo do capital financeiro*, cria cenários explosivos globais, como está se observando desde setembro de 2008.

O ULTRALIBERALISMO

As idéias-chave – personificadas em propostas políticas e programas de governo –, desenvolvidas pelos intelectuais ultraliberais e espalhadas pela grande mídia, podem ser assim caracterizadas:

- precedência da esfera privada (o indivíduo *livre no mercado*) sobre a esfera pública;
- máxima desestatização da economia, privatizando-se todas as empresas sob controle do Estado;
- desproteção aos capitais nacionais, que deveriam competir livremente com seus congêneres estrangeiros;
- desmontagem do Estado de bem-estar social, pois concebido (e estigmatizado) como ineficaz, ineficiente, perdulário, injusto/autoritário (por transferir aos mais pobres parcelas de renda dos

⁵ Apoiamo-nos aqui fortemente em HIRS, Paul, e THOMPSON, Grahame. *Globalization in Question*, N. York, Polity Press, 1996.

mais ricos ou bem sucedidos, que assim o seriam, estes, por seus próprios méritos), e indutor de comportamentos que não valorizariam o mérito e o esforço pessoais;

- forte pressão pela quebra do pacto corporativo entre Capital e Trabalho, instituída na Europa desde o final da segunda-guerra, em nome da liberdade de escolha individual e da soberania do consumidor;

- desregulamentação e desregulação da produção, da circulação dos bens e serviços, dos mercados financeiros (antigos e novos) e das relações de trabalho;

- ênfase nas virtudes do *livre-mercado*, em dois sentidos: como instrumento prodigioso por aumentar a riqueza, gerando em consequência uma *natural* distribuição de renda, em razão do aumento da produtividade; e como único mecanismo possível de refletir os preços reais dos produtos e serviços, possibilitando aos indivíduos o exercício de cálculos em relação à atividade econômica;

- concepção de liberdade como “*liberdade de mercado*”, isto é, ausência de empecilhos à relação Capital/Trabalho e à *livre* realização dos fatores produtivos;

- concepção “negativa” da liberdade, isto é, caracterizada como ausência de constrangimentos (que não apenas os imprescindíveis à vida em sociedade) e interferências da esfera pública em relação à esfera privada;

- aceitação da democracia apenas e tão-somente se possibilitadora do mercado livre e da liberdade individual;

- concepção de que a sociedade deve oferecer a cada indivíduo (no aspecto fiscal e aos direitos públicos) apenas e tão-somente o quanto este contribuíra para a mesma. Trata-se da inversão do lema socialista, pois *valoriza-se a desigualdade*, que, dessa forma, deveria refletir méritos distintos;

- hiper-valorização do sistema jurídico (nomocracia), pois estruturante e avalista de uma sociedade (contratual) composta por indivíduos autônomos em suas ações em razão de seus interesses.

- crença de que o Estado interventor é, *intrinsecamente*, produtor de inúmeras crises: fiscal, burocrática, de produtividade, entre outras; daí as demandas pelas referidas “reformas do Estado orientadas para o mercado” e pela defesa da diminuição de impostos e dos gastos governamentais;

- ênfase nas mínimas, porém fundamentais, funções do Estado, que deveria garantir: i) a ordem e a paz; ii) a propriedade privada; iii) os contratos livremente elaborados entre os indivíduos; iv) o livre-mercado, por meio da proibição de práticas anti-concorrenciais e da elaboração de “normas gerais e abstratas”; e v) a desregulamentação, a desregulação e a flexibilização dos mercados (de capitais, produtivo e de trabalho).

Diversas dessas características constituíram uma *Agenda de reformas*, propugnada principalmente pelos *think-tanks* e transmitidas pelos *aparelhos privados de hegemonia* (notadamente a

mídia). Esta Agenda seria adaptada a cada país, conservando-se contudo tanto as matrizes como o *ethos* que as preside⁶.

RESPOSTAS DO ESTADO E PERSPECTIVAS

Os Estados nacionais, notadamente os periféricos, têm respondido às crises de acumulação das seguintes formas, desde a década de 1980: adesão, de maneira mais ou menos “radical”, aos ditames da agenda ultraliberal, o que implica uma série de variações intermediárias; focalização de políticas públicas sociais; tentativa de requalificação da mão-de-obra tendo como perspectiva a “sociedade do emprego”; aceitação relativa da divisão internacional do trabalho, embora com variações.

Pode-se dizer que o modelo erigido pelo Consenso de Washington foi seguido parcialmente pela maioria dos países latino-americanos, uns mais – caso da Argentina de Menem – e outros menos, caso do Brasil, embora tal avaliação dependa do setor em que se analise. No caso do setor financeiro, por exemplo, praticamente todos os países aderiram ao “capitalismo de cassino” e à busca de capitais voláteis.

As novas respostas começaram a ser esboçadas na Bolívia, na Venezuela, no Equador, na Argentina pós-Menem, no Brasil pós-Cardoso, apenas para citar alguns casos. Essas novas respostas envolvem: tentativas de cooperação (econômica, financeira, diplomática e política) entre os países da região; criação de instituições de fomento e fóruns de negociação entre os países; revalorização dos respectivos mercados internos; políticas externas mais agressivas e amplas; políticas públicas mais inclusivas, marcadas pela associação entre “focalização”, em determinadas políticas, e “universalização”, em outras. De modo geral, a crença de que o mercado interno, sobretudo o formalizado, absorverá todos os trabalhadores, continua presente. Nesse sentido, é importante diferenciar ações internas, de modo geral pouco arrojadas, embora possam fazer diferença⁷, e atuação externa.

⁶ Nunca houve e possivelmente seria inaplicável o programa ultraliberal na íntegra em alguma sociedade concreta, em razão de vários fatores, entre os quais a extrema complexidade das sociedades contemporâneas – eivadas de interesses diversos e contraditórios –, o caráter “idealista” de suas proposições, a vinculação, demonstrada historicamente, dos capitais privados ao Estado, e as conseqüências sociais do mercado livre. Tomaremos, portanto, o programa ultraliberal muito mais como um *tipo ideal*, uma carta de intenções, do que propriamente um projeto aplicável completamente. Apesar dessas ressalvas, os diversos governos latino-americanos, notadamente a Argentina durante os dois governos Menem, foram amostrar da capacidade desta corrente de persuadir e inspirar governos, agências e instituições (nacionais e internacionais).

⁷ No caso brasileiro, a combinação entre transferência de renda (via Bolsa Família), aumento do crédito popular, valorização institucionalizada do salário-mínimo e aumento sistemático do poder de compra da cesta básica têm obtido importantes resultados. Embora essas políticas impliquem volumes orçamentários pequenos, comparativamente ao destinado ao empresariado, e não se coloquem em oposição aos grandes interesses das classes sociais constituídas, paradoxalmente expressam importantes avanços. Trata-se de um emaranhado de contradições.

Pode-se dizer, por fim, que a grande crise do modelo de acumulação vigente desde 2008 abre várias “janelas de oportunidade” à América Latina em razão do ocaso da ideologia ultraliberal, da urgente necessidade de revisão do modelo de acumulação e do sistema internacional (político, econômico e militar) e das novas correlações de poder que estão surgindo: decadência relativa dos EUA, necessidade de cooperação internacional, o papel dos Brics e do G-20, o fato de o epicentro da crise ser o capitalismo central, entre outras. Em outras palavras, “placas tectônicas” estão se movendo e isso implica novas possibilidades, notadamente para a América Latina, cujo papel proeminente só pode advir da criação de economias internas e regionais menos dependentes do capital e da tecnologia proveniente do G-7, assim como da maior cooperação política e econômica entre os Estados nacionais periféricos, o que implica enfrentar os desafios tecnológicos.

À GUIA DE CONCLUSÃO

Observamos como se deu a ascensão e (relativa, até esse momento) queda da ideologia ultraliberal, que sustentou o modelo de acumulação flexível. Este, dado o enraizamento na produção, na circulação e na estruturação do sistema produtivo, imbricado ao capital financeiro, certamente demorará mais a se desfazer ou mesmo poderá se refazer. Novas propostas e perspectivas poderão, assim, ocupar ou não o espaço que essa grande crise traz em seu bojo. Trata-se aqui da perspectiva da “guerra de posições”, cujo objetivo é simultaneamente aproveitar os espaços existentes e criar novos. Da mesma forma, deve-se observar o “longo prazo” que essa crise significa, isto é, como seu ocaso vem sendo gerado desde o pós-guerra, impõe-se necessariamente a reflexão de como opera a “regulação” do modelo de acumulação.

Portanto, novas possibilidades estão colocadas, dada a nova correlação de forças mundial (cujo papel decisivo cabe à China, um dos Brics) e à débâcle do modelo flexível de acumulação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, Perry. *O Fim da História: De Hegel a Fukuyama*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.
- ARRIGUI, Giovanni. *O Longo Século XX (dinheiro, poder e as origens do nosso tempo)*. Rio de Janeiro, Contraponto, São Paulo, Unesp, 1996.
- BOYER, Robert e DRACHE, Daniel. *Estados contra Mercados (os limites da globalização)*. Lisboa, Instituto Piaget, 1996.
- BRUNHOFF, Suzanne de. *A Hora do Mercado: Crítica do Liberalismo*. São Paulo, Unesp, 1991.
- EAGLETON, Terry. *Ideology, An Introduction*. Oxford, 1991.
- COCKETT, Richard. *Thinking the Unthinkable (Think-Tanks and the Economic Counter-Revolution, 1931-1983)*. London, HarperCollins, 1995
- FORRESTER, Viviane. *O Horror Econômico*. São Paulo, Unesp, 1997.
- FONSECA, Francisco. "Mídia e Democracia: Falsas Confluências" in *Revista de Sociologia e Política*, nº22, 13-24 de junho de 2004. PR, Universidade Federal do Paraná.
- _____ *O Consenso Forjado – a grande imprensa e a formação da agenda ultraliberal no Brasil*. São Paulo, Hucitec, 2005.
- FUKUYAMA, Francis. *The End of History and the Last Man*. New York, 1992.
- GENTILI, Pablo e SADER, Emir. *Pós-Neoliberalismo – As Políticas Sociais e o Estado Democrático*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere (5 Vols.)* R. de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.
- HALL, Stuart & JACQUES, Martin (orgs). *The Politics of Thatcherism*. London, The Camelot Press, 1983.
- HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo, Loyola, 1992.
- HELLEINER, Eric. "From Bretton Woods to Global Finance: A World turned Upside Down" In Stubbs, R. e Undershill, R (eds.). *Political Economy and the Changing Global Order*. St. Martin's Press, New York, 1994
- HIRST, Paul, e THOMPSON, Grahame. *Globalization in Question*, N. York, Polity Press, 1996.
- OFFE, Claus. *Problemas Estruturais do Estado Capitalista*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984.
- PARSONS, Wayne. *The Power of the Financial Press*. New Jersey, Rutgers University Press, 1990.
- ROTHERMUND, Dietmar. *The Global Impact of the Great Depression (1929-1939)*. London/New York, Routledge, 1996.
- SKOCPOL, Theda e WEIR, Margaret. "State Structures and the Possibilities for 'Keynesian' – Responses to the Great Depression in Sweden, Britain and the United States" In EVANS, P., RUESCHEMEYER, D. *Bringing the State Back In*. Cambridge, Cambridge University Press, 1985.
- SAUNDERS, Peter e HARRIS, Colin. *Privatization and Popular Capitalism*. Buckingham, Open University Press, 1994.
- THOMPSON, Andrés A. *"Think Tanks" en la Argentina (Conocimiento, Instituciones y Política)*. Buenos Aires, Centro de Estudios de Estado y Sociedad, 1994
- VAITSOS, Constantine V., "Radical Technological Changes and the New 'Order' in the World-Economy" In *Review*, vol. 12, nº 2, 1989

- VALDÉS, J. Gabriel. *Pinochet's Economists – The Chicago School in Chile*. Cambridge University Press, 1995.
- VÁRIOS AUTORES. *La Larga Noche Neoliberal (políticas económicas de los 80)*. Barcelona, Icara Editorial, 1994.